



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

232

Terceira Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em Apelação nº 0312489-8 – Recife (6ª Vara da Fazenda Pública)

Embargante: Josemar Ferreira Cândido e OUTROS

Advogado: Jarbas Fernandes da Cunha Filho PE 003152

Embargado: Estado de Pernambuco

Procurador: Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA COM BASE NA LEI 11.216/1995. AJUIZAMENTO DA AÇÃO EM 2009. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da causa, mas sim à mera integração do julgado, com base nas hipóteses previstas no art. 535, CPC.

2. Na decisão embargada – Recurso de Agravo – o fundamento para o seu não provimento, considerou a existência da prescrição de fundo de direito, excluindo, dessa forma, a prescrição quinquenal, porque com a vigência da Lei Complementar nº 32/2001 houve alteração na forma de cálculo da remuneração dos servidores militares, que passaram a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, reajustáveis por lei específica.

3. Sendo assim, para se garantir o direito dos ora embargantes, primeiramente, era necessário reconhecer a eles o direito de, no período de 1995 a 2001, perceberem o pagamento do soldo no valor de R\$130,00 (cento e trinta reais). No entanto, eles só ingressaram em juízo apenas em 2009, caracterizando, pois, a prescrição de fundo de direito, porque não tem como implementar esse direito, haja vista a vigência da Lei Complementar nº 32/2001.

4. Agora, em sede de Embargos de Declaração, defendem que a hipótese dos autos é de prescrição de trato sucessivo e não de fundo de direito. O pleito dos autores tinha razão de ser, mas o Judiciário não pode se imiscuir em lesões que decorrem de um grande lapso temporal, com nítida ocorrência de prescrição, sob pena de ofensa ao princípio da segurança jurídica.

5. E ainda que eles considerassem que a atitude do ente político feria o princípio da legalidade, caberia a eles intentar o que eles achassem pertinente, porque o direito não socorre aos que dormem, nem este Poder pode garantir direito a quem é desidioso.

6. Quanto à omissão acerca do princípio da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos, esta também não merece



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

233

prosperar, pois, como sabido, o entendimento assente nos Tribunais Superiores é de que servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico. Tem-se que qualquer alteração legislativa é plenamente possível, desde que não haja decesso remuneratório, o que não é o caso dos presentes autos.

7. Nesse sentido, não se deve confundir omissões, obscuridades e/ou contradições com inconformismo. Uma vez irresignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa.

8. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração em Recurso de Agravo na Apelação nº 0312489-8** da Comarca de Recife, em que figuram, como Embargante **Josemar Ferreira Cândido e OUTROS** e, como Embargado, **Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelos embargantes, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Maio de 2014.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

234
~

Terceira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em Apelação nº
0312489-8 - Recife (6ª Vara da Fazenda Pública)
Embargante: Josemar Ferreira Cândido e OUTROS
Advogado: Jarbas Fernandes da Cunha Filho PE 003152
Embargado: Estado de Pernambuco
Procurador: Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

09

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos por **Josemar Ferreira Cândido e outros** em face do acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo em Apelação nº 0312489-8.

A decisão questionada (fls. 214/215v) negou provimento ao recurso, por reconhecer a existência da prescrição de fundo de direito.

Nestes aclaratórios, alega o embargante que a decisão padece de omissão quanto ao trato sucessivo, a legalidade e o princípio da irredutibilidade de vencimento. O não enfrentamento da violação ao direito adquirido e a inconstitucionalidade incidental da Lei Complementar nº 32/01 também foram questionados por vício de omissão. Por fim, a parte embargante também argüiu a presença de contradição e obscuridade.

Interpõe para fins de pré-questionamento explícito da matéria ventilada.

É o Relatório.

VOTO

Consoante restou consignado por ocasião do relatório, os embargantes preconizaram o cabimento dos aclaratórios com fundamento na existência de omissões, contradição e obscuridade do *decisum* increpado.

Contudo, penso que, dado o estreitamento da via recursal eleita pelos embargantes, seu intento recursal está fadado ao insucesso.

Isso porque, não se deve confundir omissões, obscuridades e/ou contradições com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões dos embargantes, devem eles se



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

235
r

valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador, e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

Na decisão embargada – Recurso de Agravo – o fundamento para o seu não provimento, considerou a existência da prescrição de fundo de direito, excluindo, dessa forma, a alegada relação jurídica de trato sucessivo, porque com a vigência da Lei Complementar nº 32/2001 houve alteração na forma de cálculo da remuneração dos servidores militares, que passaram a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, reajustáveis por lei específica.

Sendo assim, para se garantir o direito dos ora embargantes, primeiramente, era necessário reconhecer a eles o direito de, no período de 1995 a 2001, perceberem o pagamento do soldo no valor de R\$130,00 (cento e trinta reais). No entanto, eles só ingressaram em juízo apenas em 2009, caracterizando, pois, a prescrição de fundo de direito, porque não têm como implementar esse direito, haja vista a vigência da Lei Complementar nº 32/2001.

Agora, em sede de Embargos de Declaração, defendem que a hipótese dos autos é de prescrição de trato sucessivo e não de fundo de direito.

O pleito dos autores tinha razão de ser, mas o Judiciário não pode se imiscuir em lesões que decorrem de um grande lapso temporal, com nítida ocorrência de prescrição, sob pena de ofensa ao princípio da segurança jurídica.

E ainda que eles considerassem que a atitude do ente político feria o princípio da legalidade, caberia a eles intentar o que eles achassem pertinente, porque o direito não socorre aos que dormem, nem este Poder pode garantir direito a quem é desidioso.

Quanto à omissão acerca do princípio da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos, esta também não merece prosperar, pois, como sabido, o entendimento assente nos Tribunais Superiores é de que servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico. Tem-se que qualquer alteração legislativa é plenamente possível, desde que não haja decesso remuneratório, o que não é o caso dos presentes autos.

Vê-se, pois, que os argumentos dos Embargos de Declaração são genéricos, no intuito de fazer crer que este órgão julgador foi omissão, contraditório ou obscuro, apenas porque não lhe concedeu o direito pleiteado.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

236

Outrossim, é de se ressaltar que a declaração de inconstitucionalidade incidental da Lei Complementar nº 32/2001 só foi requerida no curso da demanda, em nítida inovação da causa de pedir, o que é vedado pelo Código de Processo Civil. Assim, o pedido não tem como ser acolhido.

O magistrado não está obrigado a debater todos os argumentos suscitados pelas partes. É necessário, isto sim, que as suas razões de convencimento estejam devidamente fundamentadas, à luz do que preceitua o artigo 93, IX da Constituição Federal.

Vê-se, portanto, que tais vícios nada mais são do que, a bem da verdade, fruto de sua irresignação com o desfecho alcançado naquele seu agravo legal, cujo *decisum*, do seu próprio teor, não deixa margem para questionamentos relativos à necessidade de sua integralização, razão pelo que deveria a parte interessada - já que esse era seu real intento - ter se valido do recurso adequado à rediscussão do julgado.

Desta feita, e uma vez que a real pretensão dos embargantes ao se valerem dos presentes aclaratórios não se coaduna com o estreitamento da via recursal eleita, imperioso se faz rejeitar os presentes embargos de declaração.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SÚMULA N. 98/STJ. IRPJ E CSLL. PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - PDD. RESOLUÇÃO 1.748/90, CMN/BACEN. ART. 9º DA LEI N. 8.541/92 E ART. 43 DA LEI N. 8.981/95. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA.

1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresso a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes.

2. Na dedução da base de cálculo do Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deve ser observado o limite imposto pelo art. 9º, da Lei n. 8.541/92 e pelo art. 43, da Lei n. 8.981/95, relativo à Provisão para Devedores Duvidosos - PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa). Precedentes: REsp. n. 413.919 - PR, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17.09.2002; REsp. n. 234.536 - CE, Segunda Turma, Rel. Min. João Otávio de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

237
✓

Noronha, julgado em 12.05.2005; e REsp. n. 707.044 - MG, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.11.2005.

3. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório". (Súmula n. 98/STJ).

4. Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar a multa aplicada.

(STJ - REsp 1268609 / MG, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data de Julgamento: 08/11/2011- sem grifos no original)

Note-se, ainda sim, que, mesmo quando visem especificamente ao prequestionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

Ante o exposto, e sem mais delongas, **REJEITO** os embargos declaratórios ofertados por Josemar Ferreira Cândido e OUTROS face a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 535, do CPC, capazes de ensejar a integralização daquele *decisum*.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator